

INSCRITA DE SI: NOÇÕES FOUCAULTIANAS SOBRE O CORPO-ARTEFATO

Anderson Barcelos Martins*

Luana Bellini Klein**

Andresa Silva da Costa Mutz***

Resumo: O artigo investiga as modificações no corpo, como tatuagens e cirurgias plásticas, entendendo-as como expressões culturais ou “inscritas de si”. O referencial teórico privilegiou a noção de biopolítica do filósofo francês Michel Foucault. No que tange à metodologia empregada, a pesquisa se caracteriza como exploratória de natureza bibliográfica. Os resultados obtidos permitiram mapear que a estrutura de saber-poder exerce influência marcante sobre o corpo. Discute-se, mediante esses resultados, a complexidade da “inscrita de si”, tensionando os fatores que levaram certas práticas a serem alocadas no campo da saúde, da estética e da marginalidade.

Palavras-chave: Inscrita de si; biopolítica; Michel Foucault; saber-poder.

INSCRIPTIONS OF THE SELF: FOUCAULTIAN NOTIONS OF THE BODY-ARTEFACT

Abstract: This paper investigates how body modifications, such as tattoos and plastic surgeries, as a form of cultural expression, or "inscriptions of the self". The theoretical reference chosen is the biopolitics by the french philosopher Michel Foucault. On the methodology used, the research is characterized as exploratory and bibliographic. The results obtained allow us to map how the structures of know-power exert noticeable influence over the body. We explore, through the results, the complexity of the "inscriptions of the self", questioning the factors that lead to certain practices for being used in the fields of health, cosmetics and of marginality.

Keywords: Inscriptions of the Self; Biopolitics; Michel Foucault; Know-power.

Aproximações iniciais

Ao longo de toda história, o corpo humano foi objeto de representações, fonte de símbolos e significados e alvo de investigações que foram, no decorrer dos séculos, influenciadas por diferentes vertentes e correntes do pensamento. O corpo pode ser analisado, por exemplo, a partir do referencial biológico, social, teológico, organicista, antropológico e cultural. O presente artigo busca explorar, conceitualmente, o

aprisionamento do corpo, notadamente a partir do surgimento da clínica no século XIX. Amparado e inspirado pelo pensamento foucaultiano, com o advento da biopolítica, o corpo passa a ser subjugado à autoridade dos saberes clínicos, que o controla e condiciona, exercendo poder sobre a decisão de fazer viver ou deixar morrer. No decorrer desta escrita, procurou-se demonstrar como os saberes clínicos capturam o corpo, dominando sensações, anestesiando e reduzindo a produção do sujeito, moldando-o num corpo dócil, sob constante intervenção e supervisão do saber clínico (Foucault, 2016; Lipovetsky, 2004, 2015; Soares, 2008; Le Breton, 2003).

O deslocamento para o domínio dos saberes clínicos representa uma mudança paradigmática na compreensão do corpo. À medida que os saberes clínicos ganham proeminência, ocorre uma reconfiguração das práticas corporais dentro do espectro do que é considerado aceitável, saudável ou desviante. Práticas que anteriormente poderiam ser integradas a contextos culturais específicos, rituais tradicionais ou expressões artísticas, passam a ser interpretadas através de uma lente clínica que classifica certos comportamentos como patológicos. Por outro lado, algumas práticas corporais podem ser enaltecidas como esteticamente atraentes, em conformidade com padrões culturais ou ideais de beleza. Ao mesmo tempo, há práticas que, devido à sua natureza divergente ou incompreendida, são marginalizadas e estigmatizadas.

Dessa forma, o artigo explora, por meio de uma revisão bibliográfica, como a emergência dos saberes clínicos influenciou a interpretação e valorização das práticas corporais, delineando um novo terreno em que o corpo é categorizado e, por vezes, estigmatizado, de acordo com critérios clínicos e econômicos, ou seja, da biopolítica. Na seção dois, são apresentados os conceitos e ferramentas foucaultianas imprescindíveis para a construção desta análise, sobretudo a conceituação do biopoder. Já na terceira seção, investigou-se o corpo na lógica da ciência moderna. A quarta seção abordou as compreensões muitas vezes distintas do corpo na contemporaneidade, sobretudo no que refere às práticas autolesivas. Por fim, na quinta seção, são delineadas as considerações finais.

1 Perspectivas foucaultianas

É preciso situar que a partir da segunda metade do século XVIII, quando o empirismo substituiu a metafísica e a filosofia perdeu paulatinamente seu espaço nos processos de saber, assistimos ao florescimento de um sistemático disciplinamento dos saberes, que foi descrito por Foucault, na obra *Em Defesa da Sociedade* (2005), na aula de fevereiro de 1976:

O século XVIII foi o século do disciplinamento dos saberes, ou seja, da organização interna de cada saber como uma disciplina, tendo em seu campo próprio, a um só tempo, critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de centralização desses saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato. Logo, organização de cada saber como disciplina e, de outro lado, escalonamento desses saberes assim disciplinados do interior, sua intercomunicação, sua distribuição, sua hierarquização recíproca numa espécie de campo global ou disciplina global a que chamam precisamente a “ciência” (Foucault, 2005, p. 217 - 218).

A partir do século XVIII, a filosofia “daí em diante, já não teria nenhum papel efetivo para desempenhar no interior das ciências e dos processos de saber” (Foucault, 2005, p. 218), abrindo espaço para novas configurações alinhadas, segundo Foucault, ao “disciplinamento dos saberes, em sua singularidade polimorfa, ao mesmo tempo o fato e a regra que agora estão incorporados na nossa cultura se chamam ‘ciência’” (Foucault, 2005, p. 218). Foi na esteira do surgimento e da elaboração desta poderosa e infalível Ciência - com “C” maiúsculo e descrita no singular – que houve um processo de estruturação do saber médico, por meio de diversas ferramentas e aparelhos.

A estruturação do saber médico, mediante a instalação das instituições asilares, fez com que os seus discursos e as suas práticas fossem elevados em legitimidade, conferindo-lhes efeitos de verdade. A medicina, como campo do saber, revela-nos um refinado processo de “seleção, normalização, hierarquização e centralização” (Foucault, 2008, p. 219) dos saberes múltiplos e das práticas sociais que incidem na constituição do que Foucault, em *Segurança, Território e População* (2009), na aula de 11 de março de 1978, chama de Biopoder.

Este ano gostaria de começar o estudo de algo eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia geral de poder (Foucault, 2009, p.3).

O poder em Foucault atua como a própria substância da história (Foucault, 2009). Ele se manifesta como uma força que requer análise a partir dos artefatos, mecanismos e procedimentos que “têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não consigam – justamente o poder” (Foucault, 2009, p.4). Nessa perspectiva, Foucault propõe que o poder não seja considerado apenas como uma entidade externa ou uma estrutura fixa, mas sim como algo que se manifesta nas práticas cotidianas, nas instituições sociais e nos discursos. Ele argumenta que o poder não está centralizado em uma única entidade ou figura, mas se dispersa em diversas formas e relações sociais.

A análise dos artefatos, mecanismos e procedimentos é crucial para compreender como o poder opera na sociedade. Esses elementos são as ferramentas por meio das quais o poder se exerce e se reproduz. Foucault (2009) destaca a importância de examinar as práticas cotidianas, as instituições sociais e os discursos para identificar as estratégias e técnicas que sustentam o poder, desse modo a compreensão do poder vai além de uma simples análise de estruturas hierárquicas, enfatizando a importância de examinar as práticas concretas que moldam as relações de poder, observando que o poder está intrinsecamente ligado às ações e interações que ocorrem no nível mais microscópico da sociedade.

O poder, por si, apresenta dois polos cambiantes. De um lado encontra-se uma face cujo centro é o “corpo como máquina”, que adota ferramentas para adestrá-lo, ampliando as suas aptidões, extorquindo suas forças, integrando-o à ávidos sistemas econômicos e a eficazes sistemas de controle, tornando-o dócil e útil. É um sistema que se estabelece a partir de disciplinas anátomo-políticas do corpo humano, atuando por meio da repressão e da disciplinarização do corpo. Do outro lado, está o polo do “corpo-espécie”, surgido pela metade do século XVIII. É a ânsia de regulação da população: natalidade, mortalidade, saúde pública e longevidade. É uma biopolítica da população, cuja lógica assume seu caráter mais inumano na perspectiva utilitarista das sociedades neoliberais capitalistas.

Os dois polos “caracterizam um poder cuja função mais elevada [...] [é] investir sobre a vida, de cima a baixo” (Foucault, 2009, p. 152). É o que Foucault (2009) denomina de “biopoder”, sujeição dos corpos e controle das populações. O biopoder, como estratégia de governo, investe na manutenção da vida da população, objetivando o controle, o equilíbrio e o seu funcionamento, sem riscos à saúde e à coletividade. A partir da lógica da biopolítica, com seus regimes de verdade, os tensionamentos em torno dos discursos e das práticas da escrita de si fizeram com que diversas práticas que, anteriormente, possuíam funções sociais e representações distintas entre si fossem reduzidas ao campo do patológico, à medida que avançava na Europa ocidental a implementação das instituições asilares (Foucault, 2016).

Compreendidas no campo do patológico como autolesões, as diversas marcas autoinfligidas no corpo são um risco à manutenção da vida e da ordem social estabelecida. Trata-se, quando for possível, de aniquilar ou, ao menos, reduzir os comportamentos desviantes e trasviados, controlando doenças, a natalidade e a morbidade, evitando que ocorram óbitos em uma população na qual o imperativo é o de manter-se vivo.

O biopoder não trata da possibilidade de o soberano suprimir a vida, mas de o poder político realizar a administração dos corpos e a gestão minuciosa da vida da população, através do saber médico. Não é mais sobre a morte que o poder será exercido, mas sobre a vida que deve ser vivida. A existência da espécie-humana surge como um problema político-econômico, onde as tecnologias de poder permitem a gestão da vida e estabelecem a sua manutenção.

Sabemos quantas vezes se colocou a questão do papel que uma moral ascética teria tido em toda a primeira formação do capitalismo; mas, o que se passou no século XVIII em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, foi um outro fenômeno, talvez de maior amplitude [...] foi nada menos do que a entrada da vida na história – isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas [...] O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal vivo e, conforme Foucault, nesse sentido, se desenvolvem, concomitantemente as disciplinas diversas e as instituições disciplinares, as normas e regulamentações em nível global, medições estatísticas além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um

animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (Foucault, 2009, p. 154).

Ao ingressar no campo do político, o biológico ingressa no campo do controle, da vigilância, da intervenção. Não se trata mais da assunção de um corpo individualizado, como no poder disciplinar, mas da entrada do biológico na esfera da administração da vida da população em sua totalidade. Gerir os vivos trata-se, portanto, de pôr a vida da população no centro do controle político, de forma que cada indivíduo seja útil e eficiente, correspondendo às expectativas em termos de utilidade e ordenamento social. Um corpo marcado pelas inscrições corporais, por sua vez, foge dos rígidos padrões sanitários estabelecidos pelas instituições de saúde, ao mesmo tempo em que, compreendido como fragilizado, representa um risco para a eficiência do indivíduo na sociedade.

Um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de por a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma [...]. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (Foucault, 2009, p. 156 - 157).

Um corpo libertário que se opõe deliberadamente contra o padrão estético, político e sanitário estabelecido na biopolítica é um corpo que se choca com a norma, que é passível de intervenção. Intervir no corpo significa eliminar os comportamentos desviantes, controlar doenças, investir sobre a natalidade e diminuir a morbidade numa sociedade cuja máxima é manter-se vivo, saudável, ativo e belo. Na lógica do controle do corpo social nada passa despercebido, nada escapa ao controle, aos mecanismos e as ferramentas que incidem sobre o corpo do sujeito na sociedade.

2 A patologização das inscrições corporais no interior da biopolítica

No contexto da biopolítica, a gestão da vida tornou-se uma prioridade central para os sistemas de poder. As tecnologias de regulamentação referem-se aos mecanismos e instrumentos utilizados para governar e administrar a vida das populações. O campo da saúde, em particular, emergiu como uma autoridade crucial na determinação da verdade sobre a saúde, doença e práticas relacionadas ao corpo (Foucault, 2016). A vida está no epicentro do controle político, concedendo aos saberes e às práticas clínicas efeitos de verdade praticamente incontestáveis. Esse aspecto culminou na ascensão da figura do médico, que passou a desempenhar um papel na sociedade caracterizado como necessário e inquestionável, moldada não apenas pelos diagnósticos e tratamentos, mas também influenciado pelas percepções culturais e sociais sobre o corpo e a saúde (Foucault, 2016).

A ascensão da figura do médico como detentor de verdades inquestionáveis reflete a maneira como as tecnologias de regulamentação e os saberes clínicos se entrelaçaram para exercer um controle político sobre a vida. O poder regulador sobre a saúde e o corpo, concentrado na figura do médico, solidificou-se como uma força necessária e legitimada na sociedade. A imagem do médico debruçando-se sobre o corpo do paciente é bastante familiar em nossa cultura ocidental. Ela reflete uma postura de cuidado e, ao mesmo tempo, de controle e de dominação. A prática e a intervenção da clínica vão muito além da atuação junto ao leito, e sua interferência atravessa o corpo do indivíduo em sua singularidade, modificando-o e controlando-o. Segundo Foucault “a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (Foucault, 2016, p. 212).

A partir da biopolítica, a figura do médico assume uma postura que vai para além da assistência ao leito. O médico passa a ser um higienista, um interventor no cotidiano da população, que articula seu papel como condutor das boas práticas de salubridade e etiqueta sanitária. Revestido de um zelo aparente, o discurso médico assume o caráter de regular a vida.

O excesso de poder de que se beneficia o médico comprova, desde o século XVIII, esta interpretação do que é político e médico na higiene: presença cada vez mais numerosa nas academias e nas sociedades científicas; participação ampla nas

enciclopédias; presença a título de conselheiro, junto aos representantes do poder; organização de sociedades médicas oficialmente encarregadas de certo número de responsabilidades administrativas e qualificadas para tomar ou sugerir medidas autoritárias; papel desempenhado por muitos médicos como programadores de uma sociedade bem administrada (o médico reformador da economia ou da política é um personagem frequente na segunda metade do século XVIII) [...] O médico se torna o grande conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o “corpo” social e mantê-lo em um permanente estado de saúde. E é sua função de higienista, mais do que seus prestígios de terapeuta que lhe assegura essa posição politicamente privilegiada no século XVIII, antes de sê-la econômica e socialmente no século XIX (Foucault, 2000, p. 309).

A medicina – e, por conseguinte, os demais saberes clínicos - é um saber que incide sobre o corpo individual, porque pode ser clínica e terapêutica, realizada individualmente. Além disso, com seus registros, mapeamentos, levantamentos estatísticos, mecanismos de saúde pública e controle social, a medicina tem ação fundamental no que se refere ao controle da vida da população, na manutenção de seu equilíbrio. A medicina é um saber-poder que incide, ao mesmo tempo, sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e regulatórios, apresentando-se em seu regime de verdade.

Conforme alerta Foucault (2012), os regimes de verdade são estabelecidos em cada sociedade, de forma engenhosa:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral ‘de verdade’: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2012, p. 12).

A partir da lógica da biopolítica, com seus regimes de verdade, os tensionamentos em torno dos discursos e das práticas da escrita de si fizeram com

que diversas práticas que, anteriormente, possuíam funções sociais e representações distintas entre si fossem reduzidas a uma só categoria: a das automutilações, alocadas no campo do patológico, à medida que avançava na Europa ocidental a implementação das instituições asilares (Foucault, 2016). Outras manifestações culturais foram marginalizadas e compreendidas como marcas de criminalidade ou impureza, ao mesmo tempo em que algumas delas, ao contrário, foram reconhecidas como sãs e inseridas nas práticas médicas e estéticas, compondo, até os dias de hoje, o cotidiano dos hospitais, das clínicas de intervenção plástica ou dos salões de beleza.

Cabe, a esse ponto da leitura, indicar que se o processo de efetivação da biopolítica tivesse sido engendrado em outro momento histórico certas inscrições corporais poderiam ser compreendidas e alocadas no campo do estético, do sanitário ou do marginal, a depender dos interesses em jogo.

A medicalização - que se constitui na intervenção política da medicina na sociedade - é a principal responsável pelo processo de patologização das inscrições corporais, fazendo valer se de instrumentos que justificam o controle institucional sobre determinados corpos e que levaram as instituições asilares, prisionais e psiquiátricas a legitimarem o aprisionamento e a condenação de certos grupos e práticas, sob o aval de uma ciência considerada universal.

As sociedades modernas estão submetidas a um processo contínuo e indefinido de medicalização. As condutas, os comportamentos, o corpo humano, a partir do século XVIII, integram-se a um sistema de funcionamento da medicina que é cada vez mais vasto e que vai muito além da questão das enfermidades. O termo “medicalização” faz referência a esse processo que se caracteriza pela função política da medicina e pela extensão indefinida e sem limites do saber médico (Castro, 2016. p. 299).

A hipótese deste artigo é de que o comportamento autolesivo não deve ser compreendido apenas como sintoma de uma doença ou distúrbio psíquico, sujeito à intervenção medicamentosa e ação clínica. Como manifestação cultural, pode ser significado de outros modos e, a partir do pensamento foucaultiano, compreende-se que viver é fazer parte de um campo de controle, dominado pelo saber e pela intervenção do poder. O poder-saber passa a ser um agente de transformação da vida

humana, embora ela sempre possa escapar às técnicas que visam regular, corrigir e gerenciar a vida.

Especialmente em uma sociedade normalizadora, evoca-se “O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as opressões ou ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser” (Foucault, 2009, p.158).

Portanto, é simbólico que uma das formas de resistência à sociedade normalizadora esteja justamente em um de seus alvos de regulação: o corpo. Seu potencial de utilização para a produção de subjetividades abre espaço para infinitas possibilidades de ser. Práticas corporais subversivas são uma maneira de se opor às exigências sociais hegemônicas.

Alguém que fere o próprio corpo, na forma de autolesão não suicida, por exemplo, atenta e escapa aos mecanismos de dominação e regularização da vida. Coloca em questionamento a norma padrão de saúde tanto individual como coletiva, fazendo refletir sobre a noção de liberdade, autonomia e soberania do indivíduo em contraste com a responsabilidade do estado quanto à saúde de uma população. A autolesão ataca o biopoder em duas facetas, portanto: o controle sobre o corpo individual, normatizado sob o argumento da saúde; e o controle sobre a humanidade, em sua perseguição pela preservação da vida e sobrevivência da espécie, pois ainda que a autolesão não seja suficiente para causar a morte, ela não deixa de ser uma afronta à regulação da existência, representando um ato também político através da linguagem.

3 Entre o doentio, o belo e o marginal: diferentes compreensões sobre as práticas autolesivas na contemporaneidade

Ao longo desta escrita, admite-se as inscrições corporais como artefatos culturais, manifestando-se de diversas formas e carregando significados distintos. A partir do século XVIII, alcançando seu apogeu no XX, o século que segundo Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello (2012; 2017) foi o século que inventou teoricamente o corpo, a análise, a compreensão e o julgamento realizado sobre essas manifestações sofreram alterações significativas, tanto no campo simbólico quanto em seu *status* político.

Algumas práticas foram relegadas ao domínio do patológico, interpretadas como sintomas de loucura, psicopatia ou sofrimento emocional, sendo quase totalmente desvinculadas de seus contextos socioculturais. Simultaneamente, outras inscrições corporais foram incorporadas a padrões estéticos socialmente aceitos, enquanto algumas foram subjugadas e marginalizadas.

As inscrições corporais patologizadas encontram-se definidas dentro da lógica do biopoder, onde os critérios de circulação dos distintos discursos relacionados ao tema são meticulosamente alinhados aos mecanismos de poder.

Aos profissionais dos saberes clínicos cabe a responsabilidade de discorrer sobre a vida, investindo na preservação e promoção da saúde e ao especialista em saúde mental, por sua vez, cabe a incumbência de abordar temas como luto, angústia e a manifestação da vontade de abreviar a própria vida.

À educação, por exemplo, não cabe tratar da ALNS (Autolesão Não Suicida), mesmo que ela esteja florescendo nas escolas, circulando em nossos corredores e inundando as aulas. Os professores não estão autorizados a tratar sobre o tema que os circunda, sob o argumento de que não estão plenamente capacitados para tratar sobre o tema. E o mesmo cenário se expande para toda a sociedade que segue em silêncio diante da dor, do sofrimento e das marcas no corpo que foram patologizadas e permanecem na circunscrição dos saberes clínicos. Sobre elas não se fala, se esconde. Persiste um manto de silêncio, uma ocultação deliberada que perpetua a invisibilidade e a não discussão dessas experiências.

Já as inscrições corporais do belo podem ser encontradas em salões de beleza, clínicas estéticas, centros de emagrecimento e nos hospitais que propiciam diversas formas de intervenções no corpo. É esse o ponto fulcral a ser destacado neste artigo. A delimitação que distingue as manifestações da escrita no corpo entre o âmbito patológico e o saudável, bem como dentro dos parâmetros estéticos convencionais, é intrinsecamente subjetiva, fruto de um tensionamento que as registra entre o doentio e o belo, numa regulação que leva em consideração também os aspectos de ordem econômica, que impactam na compreensão e nos discursos que sobre elas se fazem, num complexo quadro interpretativo.

No contexto das sociedades neoliberais, com a voracidade do consumo capitalista, a definição das formas aceitáveis, admiradas e desejadas de inscrição

corporal é guiada pela lógica mercadológica. Nesse cenário, as dinâmicas do mercado respondem não apenas às demandas e necessidades comerciais, mas também desempenham um papel crucial na formulação e imposição de padrões estéticos. Esta complexa interação entre o mercado e as opções estéticas estabelece um contexto no qual as práticas de inserção corporal se tornam visíveis de uma subjetivação moldada por influências comerciais.

Para Vigarello (2006), a concepção contemporânea de beleza é marcada pela ênfase na individualidade. Ter personalidade, nesse contexto, significa ser original, autêntico e moderno na construção da própria imagem. Isso implica que o indivíduo busque sua singularidade, promova seu bem-estar e obtenha visibilidade por meio de uma expressão estética que reflita sua identidade única.

Nessa perspectiva, a beleza deixa de ser padronizada e uniforme, abrindo espaço para uma diversidade de estilos e aparências. A originalidade na apresentação da imagem torna-se valores fundamentais, desafiando ideias convencidas de beleza e promovendo uma abordagem mais inclusiva da diversidade humana. A busca pela singularidade, conforme destacada por Vigarello (2006), não está apenas relacionada à estética exterior, mas também à construção de uma identidade que reflete as características individuais e as desvantagens de cada pessoa.

A aparente personalização esconde uma realidade mais sutil: a promoção de uma estilização que, em última instância, favorece a continuidade do ciclo de consumo. Essa ação estilizada não apenas reforça os padrões estéticos ditados pelo mercado, mas também contribui para a criação de um ideal de autoimagem que, por vezes, pode levar a formas de autolesão, fazendo nascer um projeto de subjetivação diante da autolesão.

O projeto de subjetivação que emerge desse processo não é apenas uma construção pessoal, mas também um aspecto cultural mais amplo, enraizado na interseção complexa entre o indivíduo, a sociedade de consumo e as forças econômicas. Assim, a compreensão da autolesão nesse contexto requer uma análise crítica que vai além das enunciações superficiais, explorando as intrincadas relações entre as práticas estéticas, o mercado e a formação da identidade pessoal em sociedades marcadas pela predominância do neoliberalismo.

4 Inscrições corporais do belo

Diversas são as violências validadas pelo saber médico em nome da estética ou mesmo do bom funcionamento da saúde individual: são práticas cirúrgicas de intervenção corporal, como a rinoplastia, que consiste na alteração da estrutura nasal, corrigindo deformidades traumáticas ou naturais, além de disfunções respiratórias; a otoplastia, que reposiciona as orelhas, e a blefaroplastia, que consiste na retirada do excesso de pele das pálpebras inferiores e/ou superiores.

A validação de diversas formas de intervenção corporal pelos saberes clínicos, em nome da estética ou do funcionamento adequado da saúde individual é uma complexa realidade na contemporaneidade. Jorge Larrosa (2004, p. 169) afirma que “o culto do corpo do mundo contemporâneo é tão doentio como o horror ao corpo de outros tempos”. Entre essas práticas estão alguns procedimentos cirúrgicos de remodelação do corpo.

É importante considerar que as cirurgias operam em uma interseção complexa entre saúde, estética e bem-estar individual. A justificativa desses procedimentos frequentemente permite a busca pela harmonia visual, autoestima e, em alguns casos, a melhoria funcional de órgãos específicos. Contudo, a análise dessas práticas requer uma atenção crítica da linha tênue que as separa da medicalização excessiva do corpo, questionando até que ponto estas instruções são ditadas por padrões estéticos, culturais e sociais, muitas vezes moldados por ideais e modelos inatingíveis, reflexos de uma cultura visual que “fixa novas e decisivas referências para se ver e pensar o corpo” (Soares, 2008, p. 61). Para Carmen Lúcia Soares (2008), a anatomia enquanto ciência da fragmentação e do corte, no entanto, é principalmente a ciência da imagem, consolidando-se basilarmente pelo olhar, além disso, a cultura visual predomina na fabricação das aparências.

Se Atlas anatômico fornece elementos centrais para derivar pedagogias do corpo e das aparências, servindo de base aos modos como o corpo deveria ser desenhado, seus segredos, entretanto, perdem terreno, e o simples jogo das aparências ganha importância. Não é mais o que está escondido debaixo da pele, mas sim o que se pode fazer com as superfícies. O peso, os excessos e as faltas, as desarmonias (Soares, 2008, p.61).

O entendimento aprofundado das implicações biopsicossociais das cirurgias estéticas requer uma análise crítica das repercussões físicas e psicológicas associadas a essas intervenções. Os procedimentos, muitas vezes, introduzem fatores de risco que, por vezes, são negligenciados ou minimizados, possivelmente para preservar os interesses econômicos e estéticos que permitem a realização dessas práticas.

Francisco Ortega (2008) mostra, por exemplo, como os discursos de medicalização do corpo têm se fortalecido e governado os corpos dos sujeitos e indo mais além, separado os sujeitos em novos agrupamentos sociais cujos interesses permeiam os estilos de vida destinados ao corpo saudável. Desta forma, o autor mostra que esses pensamentos sugerem um corpo ideal, de difícil alcance, e uma responsabilidade puramente individual para obtê-lo, de modo que nenhum sujeito jamais o conseguirá, causando frustrações e sentimento de insatisfação com o próprio corpo, o que move uma luta incessante pelo corpo-padrão.

Como ilustração das questões abordadas até o momento, destacam-se duas práticas cirúrgicas amplamente difundidas, respaldadas por um sólido embasamento clínico, socialmente aceitas e legitimadas pela autoridade dos saberes clínicos. A primeira delas é a excisão, um procedimento cirúrgico que consiste na remoção de nevos cutâneos, comumente conhecidos como sinais, originados de células produtoras de melanina, denominados melanócitos. Este procedimento, embora frequentemente praticado com fins estéticos para a eliminação de lesões pigmentadas indesejadas, também é reconhecido como uma intervenção preventiva em casos de suspeita de malignidade, evidenciando a multifuncionalidade desse ato cirúrgico no contexto dermatológico.

Outra prática notória é a postectomia, popularmente chamada de "cirurgia de fimose". Este procedimento cirúrgico, que envolve a remoção do prepúcio, é conduzido com o objetivo de melhorar a higiene íntima, o desempenho sexual e proporcionar alívio da dor em situações inflamatórias. A postectomia não visa apenas a correção de uma condição anatômica, mas também abrange aspectos funcionais, destacando-se como uma intervenção validada pela comunidade médica para melhorar a qualidade de vida dos pacientes afetados por esse contexto específico.

Ambos os exemplos evidenciam a complexidade específica às práticas cirúrgicas, enfatizando a interseção entre objetivos estéticos e fundamentos clínicos. Os procedimentos, pelo contrário, são reconhecidos como intervenções orientadas para a promoção da saúde e, em alguns casos, como na excisão, por razões estéticas, também abrangem aspectos relacionados ao bem-estar e autoimagem. A cultura visual impulsionada pela tecnociência impulsiona uma atenção exagerada ao corpo, onde a fabricação da aparência é o efeito de uma performance da própria subjetividade (Soares, 2008).

A divergências entre as compreensões destaca a importância da distinção entre práticas cirúrgicas legitimadas pelo campo da saúde e aquelas que podem ser interpretadas como práticas autolesivas. Essa distinção nos ajuda a compreender não apenas as práticas em si, mas também as implicações sociais, éticas e culturais associadas a intervenções no corpo humano. A linha tênue entre o que é considerado uma prática de saúde legítima e o que pode ser interpretado como uma forma de automutilação destaca a complexidade de como a sociedade avalia e categoriza diferentes intervenções médicas. Portanto, ao tencionar o tema, o intuito é explorar não apenas as práticas em si, mas também os critérios e as enunciações que contribuem para a legitimidade ou contestação de intervenções corporais.

Há, talvez, muito mais de teologia que de medicina, ou mesmo cirurgia estética nessa saga contemporânea de adestramento do corpo, que segue as liturgias do bem-estar físico acreditando numa espécie de reencarnação cotidiana, e cujos fiéis, aprisionando cada vez mais virtudes, são, a cada dia, muito mais numerosos (Soares, 2008, p.62).

A ascensão da harmonização facial ilustra a convergência de tendências estéticas e intervenções clínicas, muitas vezes desafiando as fronteiras tradicionais entre saúde e beleza. O fenômeno destaca não apenas a evolução das práticas de embelezamento, mas também a influência substancial dos padrões culturais e da indústria estética na determinação do que é considerado "normal" ou "desejável" em termos de aparência. A pressão para atender aos padrões estéticos pode, em alguns

casos, mascarar a linha tênue entre intervenções que buscam promover a saúde e aquelas que são impulsionadas exclusivamente por objetivos estéticos.

Ao promovermos modificações corporais que reduzem as formas do corpo humano, em nome da saúde física ou da autoestima, ao viabilizarmos a exclusão de uma parte do corpo em nome da saúde e do bem-estar, não está dito, posto ou anunciado uma prática autolesiva, mas um procedimento estético ou sanitário que visa à saúde do indivíduo.

Além dos procedimentos clínicos, é importante salientar que, muitas marcas promovidas nos corpos são realizadas em salões de beleza, clínicas estéticas, centros de emagrecimento, estúdios de tatuagem, entre outros, que desempenham papéis fundamentais na manutenção dos rígidos padrões de beleza corporal.

Desde o corset, instrumento criado na França por volta do século XVI, cujo objetivo era estruturar ainda mais a silhueta feminina, até a cinta modeladora dos dias atuais, observamos uma linha temporal marcada pela busca incessante por padrões estéticos, tendo em consideração a partir de Soares (2008) que o corpo na história é tido como um ato constitutivo através da sua forma e superfície, alçados na ciência da visualidade. Essa trajetória inclui práticas milenares, como a perfuração das orelhas, especialmente em recém-nascidos inscritos no gênero feminino, até os movimentos contemporâneos de colocação de piercings e produção de tatuagens no corpo. Todas essas práticas, de algum modo, representam formas socialmente aceitas de autolesão, agrupadas aqui sob o termo "inscrições corporais" alocadas no conceito de belo.

5 Piercings e tatuagens: a fronteira entre o belo e o marginal

A escolha pela adesão ao uso de piercings e de tatuagens segue polêmica. Seu uso divide nossa sociedade em torno das dimensões, dos locais inseridos, da quantidade e dos símbolos que representam. O uso indiscriminado carrega não só o peso da demasia, mas da obscuridade, da obscenidade, do diabólico. É tênue e subjetiva a linha que define entre o que é belo, limpo e saudável; do que é feio, sujo, perigoso.

A polarização de atitudes em relação a piercings e tatuagens destaca a complexidade das percepções sociais sobre a modificação corporal. Aqueles que

optam por adornar seus corpos com piercings ou tatuagens muitas vezes o fazem como uma manifestação de identidade, uma forma de arte e linguagem ou até mesmo um meio de resistência cultural. Por outro lado, há quem critique essas práticas como transgressões dos padrões convencionais de beleza e comportamento. As raízes dessas controvérsias são moldadas por fatores culturais, religiosos e sociais.

Gilles Lipovetsky (2015) ressalta a rica narrativa das escoriações, destacando-as como um testemunho singular de rebeldia, um meio poderoso de expressar pertencimento e uma fonte profunda de sentimentos. Ao longo da história, as escoriações têm desempenhado um papel multifacetado, transcendendo simples marcas físicas para se tornarem símbolos poderosos de resistência.

Essas cicatrizes visíveis na pele não são apenas vestígios físicos de experiências dolorosas, mas também enunciações visuais que contam histórias de coragem, superação e uma busca incessante por identidade. Elas se transformam em manifestações tangíveis de resistência, desafiando normas sociais e padrões estéticos preestabelecidos.

Desde a noite dos tempos, o corpo humano foi tatuado, ornado, escarificado de acordo com práticas mágicas e religiosas que inscreviam o pertencimento social e assinalavam a entrada dos jovens na idade adulta. A tatuagem funcionou igualmente como marca de infâmia que estigmatizava os excluídos da sociedade (criminosos, escravos, forçados, prostitutas) e também como sinal de pertencimento ou de afiliação a uma corporação (marinheiros, soldados), criando o sentimento de um mesmo destino viril e agressivo (Lipovetsky, 2015, p. 222).

Além disso, as escoriações tornam-se símbolos de pertencimento, conectando aqueles que as carregam a uma comunidade de indivíduos que compartilham experiências semelhantes por meio de uma linguagem. Através das escoriações, emerge uma linguagem universal que transcende as barreiras sociais e culturais, unindo pessoas em sua humanidade comum.

As escoriações desempenham um papel crucial na expressão de sentimentos profundos e complexos. Elas se tornam uma forma de comunicação não verbal, uma linguagem silenciosa que articula dores, conquistas e transformações. Essas marcas

na pele encapsulam emoções que podem ser difíceis de articular com palavras, mas que encontram uma voz única através da história visual inscrita nas cicatrizes.

O grupo chamado *Modern Primitives*, que surgiu na década de 1960, em Los Angeles, nos Estados Unidos, parece ser um bom exemplo destas práticas que desafiam a norma e, não sendo alocadas no espectro do belo socialmente aceito, constituem-se num conjunto de “padrão estético” (Villaça, 2007, p. 189), numa estética marginal. *Modern primitives* é um movimento criado por Fakir Musafar, nascido como Roland Loomis. O movimento congrega indivíduos que, mesmo estando inseridos em uma sociedade complexa e se sujeitando às convenções por ela delimitada, não concordam com os rígidos padrões estabelecidos sobre a forma de estar no mundo. São indivíduos que, a priori, guiam-se pela intuição em contraponto à lógica das sociedades contemporâneas, pessoas que colocam o corpo como centro de suas experiências, aderindo às práticas de modificação corporal inspiradas em sociedades tribais.

Musafar defende que tudo aquilo que é inserido como adereço no corpo modifica nossa relação com ele e com a própria vida. Com as modificações corporais os sujeitos carregam discursos no próprio corpo mostrando quem são, afirmando suas identidades e tendo espaço para dar forma às ideias, opiniões e a imaginação (Loeck, 2010). A modificação envolve, para Musafar, o corpo físico numa relação com o transcendente, tocando o tempo, o espírito e a magia.

Na visão de Silva (2007), o uso das tecnologias de modificação corporal na modernidade, reunindo pessoas com desejos e interesses comuns, visa à construção de uma identidade. “Ao pensar nas marcas corporais como uma forma de o indivíduo conectar-se ao universo, parece-nos lógico e pertinente que estas sejam feitas exatamente no órgão que delimita esses dois espaços: a pele” (Pires, 2005, p. 106).

Ao mesmo tempo que congregam pessoas distintas, formando uma identidade coletiva, as modificações corporais são realizadas com objetivo de se alcançar uma conexão consigo próprio (Silva, 2007), ultrapassando a noção de dor e, conseqüentemente, da própria corporeidade. A resistência a dor eleva, para os *modern primitives* o corpo a conexão com o espírito.

O sujeito por intermédio do corpo como suporte e meio de expressão revela uma necessidade latente em querer significar, de reconstruir por meio de artifícios inéditos, geradoras de significações novas e desencadeadoras de estados de conjunção ou de disjunção com os valores pertencentes à cultura (Castilho e Martins, 2005, p.93).

A concepção de subjetivação por meio da escrita no próprio corpo não é, para os *modern primitives*, uma visão individualista ou solipsista. Ao modificar o corpo o indivíduo se diferencia dos demais, apresentando uma identidade construída (Loeck, 2010), mas que está em relação com o outro. Os sujeitos modificados são exemplos que mostram como o corpo pode ser usado como um meio de comunicação, para trazer à tona ideias, pensamentos e sentimentos.

O próprio sujeito é quem decide a orientação de sua existência (Le Breton, 2003).

Diferentemente de corpos nos quais a dominância é do tipo narcísico, de tipo dominador ou dominado, o corpo comunicativo é aquele que se deixa abrir ao outro e a si mesmo, aquele em que as diferenças não são razões de estranhamento e separação, mas propiciadoras de novos encontros (Villaça, 2007, p. 121).

O corpo comunicativo é um objeto a ser cultivado, elaborado, construído. É o corpo que se diferencia pela especificidade das suas marcas, numa estética marginal, que afronta os padrões estéticos estabelecidos e perpetuados numa sociedade normalizadora. É uma tela em branco que se estabelece sem arquétipos pré-estabelecidos. Segundo Silva (2007), escapar das concepções ocidentais do belo, ditados pela moda, é essencial para que se possa exercer a liberdade do sujeito e, ao mesmo tempo, para fazer escolhas que afrontem os padrões estéticos aceitos, e valorizados. É o modo que, numa contracultura, se estabelece uma nova forma de embelezar o corpo.

Para os *modern primitives*, como todos os demais adeptos da *body modification*, escapar das concepções pré-estabelecidas sobre o belo, romper com os padrões estéticos e buscar novas formas de embelezar seus corpos (Silva, 2007) são objetivos que visam a potencializar e a ampliar sua relação com o corpo.

Diferentemente das sociedades tribais, as modificações corporais aqui são realizadas por uma iniciativa individual, não coletiva, que visa, na concepção de Le Breton (2003) atrair o olhar, mostrar sua estética.

Um dos elementos fundamentais nos movimentos adeptos da modificação corporal é a expressão artística por meio de tatuagens. Sobre esse fascinante universo, Lipovetski (2015) destaca que as atuais tatuagens transcendem meramente a pele, transformando-se em enunciações visuais que ecoam as histórias, as implicações e as identidades de quem as ostenta.

No contexto da modificação corporal, as tatuagens assumem um papel de destaque, não apenas como adornos corporais, mas como manifestações simbólicas e significativas. Elas se transformam em uma linguagem visual, uma forma de comunicação não verbal que transcende barreiras linguísticas e culturais.

Com a tatuagem hipermoderna, não é mais a sociedade que dita sua lei aos homens na intensidade do sofrimento, para que se tornem membros plenos da comunidade, é o eu que se torna senhor do seu corpo-espetáculo, e como bem lhe aprouver; as marcas inscritas no corpo diziam a subordinação dos seres ao todo social e constituíam formas de dissolução das diferenças individuais; agora elas são, ao contrário, subjetivizantes, traduzindo uma livre apropriação do corpo assim como uma vontade de singularização (Lipovetski, 2015, p. 222).

Lipovetski (2015) argumenta que as tatuagens não são apenas uma expressão estética, mas uma maneira de redefinir e se apropriar do próprio corpo. Elas se tornam um veículo para a expressão da individualidade, uma afirmação de identidade em um mundo cada vez mais homogeneizado. Ao entrar no reino das tatuagens, mergulhamos em um oceano de símbolos, cores e estilos que refletem a diversidade humana. Cada desenho conta uma história única, carregando consigo o peso da experiência, das escolhas e das paixões de quem escolheu imortalizá-las na pele.

Assim, as tatuagens transcendem a mera estética para se tornarem uma forma de arte viva e pulsante, capaz de evocar emoções, provocar reflexões e estabelecer conexões entre os que unem esse universo. Elas se transformam em um diálogo visual, uma linguagem estética que ultrapassa as fronteiras do convencional, desafiando as normas e celebrando a diversidade da expressão humana.

As práticas da *body modification*, além das escarificações da lâmina e da tinta, podem incluir manifestações diversas como *branding*, que consiste na aplicação de ferro quente sobre a pele, com o intuito de promover uma marca específica; *tong Split* procedimento que divide a língua em duas partes; implantes subcutâneos, que se assemelham a chifres; *eyeball tattoo*, que é a técnica utilizado para tatuar a esclera do olho humano, e outros modos de modificações corporais.

Na visão de David Le Breton (2003), o sucesso das marcas corporais cresce associado à ideia de que o corpo é um objeto mutável, absorvido de grupos urbanos. A propagação dos *modern primitives* no Brasil, se deu a partir de 1990, em São Paulo, envolvendo pessoas como a artista plástica Priscilla Davanzo que, em seu corpo, contestou a condição humana com uma série de tatuagens que formaram o projeto.

A visão que socialmente se lança sobre o *modern primitives* e demais adeptos da *body modification* é um olhar marcado pela compreensão de que suas práticas são ilegais, demasiadamente sexuais e exageradas. Entre 2013 e 2016, no Parlamento Brasileiro, tramitou o projeto de lei (PSL 340/2014), depois excluído pela própria autora, Senadora Lúcia Vânia, PSDB/GO, que visava estabelecer que qualquer procedimento que realizasse intervenção corpórea, sejam elas aplicações de injeções ou invasões na derme ou epiderme, fossem exclusivamente feitos por um profissional médico. O movimento indica os esforços de controlar as inscrições corporais que fogem à normalidade.

As variadas formas de inscrita de si, pela sua complexidade e ampla manifestação, não podem ser alocadas ou encerradas numa única categoria, todavia, é necessário tencionar os fatores que levaram certas práticas a serem alocadas no campo da saúde, da estética ou mesmo que flutuam como outsider, numa marginalização das práticas de modificação corporal. Afinal, quais são os fatores classificatórios que definem entre o patológico e o saudável, o belo e o feio, o aceito e o excluído?

Considerações finais

Ao adentrar nas discursividades vigentes, procurou-se desvelar a centralidade do corpo em nossa cultura, registrando as inscrições corporais como autênticos

artefatos culturais. Essas marcas, como formas de escrita na pele, revelam enunciações profundas sobre a condição humana e, ao mesmo tempo, fornecem uma lente única para compreender as raízes e manifestações. Larrosa (2004), em *Linguagem e educação depois de Babel*, afirma que “se a negação do corpo mutila o humano, essa mutilação é também da linguagem. Porque assim como o homem, quando é inteiro, é corpo, também a linguagem quando é inteira é corpo” (p. 168).

Não se concebe os saberes clínicos como isentos de interesses e, como buscou-se demonstrar ao longo do texto, o processo de patologização de algumas práticas de ALNS, por exemplo, configura ações que operam no sentido de exercer controle sobre os corpos por meio do biopoder, além de servirem a interesses econômicos. O entrelaçamento dessas dinâmicas evidencia a complexidade intrínseca à abordagem clínica dessas manifestações, destacando a necessidade de uma análise crítica e contextualizada. Inspirado pela obra de Michel Foucault tensionou-se as inscrições corporais que, a partir dos saberes clínicos e dos interesses econômicos categoriza o que é considerado belo, patológico ou marginal. Esses saberes e poderes exercem uma influência marcante sobre o corpo, impondo normas que não apenas regulam as práticas clínicas, mas também informam as políticas nacionais relacionadas à automutilação.

Dessa forma, a análise das inscrições corporais sob diferentes perspectivas evidencia a fluidez e a complexidade dessas interpretações, demonstrando como fatores sociais, culturais e clínicos importantes para a construção de significados diversos em torno das expressões corporais. A sutil fronteira classificatória, que demarca os limites, é influenciada por interesses econômicos e sanitários que, por meio da promoção e consolidação dos seus interesses e domina os sobre os corpos, estabelecendo os rígidos padrões de sanidade, beleza e norma.

Referências

CASTILHO, Kathia; MARTINS, Marcelo. **Discursos da Moda**: Semiótica, design e corpo. 2. ed. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2005.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Muller Xavier; Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História do corpo**: da Revolução à Grande Guerra. v. 2.4.ed. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2012.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História do corpo**: da Renascença às Luzes. v.1. Tradução de Lúcia M. E. Orth; rev. da tradução de Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 3. ed. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectivas, 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber (volume I). 19. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In: **Tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOECK, Leonardo. **Os significados do corpo para as pessoas adeptas das modificações corporais extremas**. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2010.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PIRES, Beatriz Ferreira. **O corpo como suporte da arte**: piercing, implante, escarificação, tatuagem. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

SILVA, Gabriela Farias da. Primitivismo contemporâneo: o corpo como objeto da arte. **Revista Digital do LAV**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/2183>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SOARES, Carmen Lúcia. A educação do corpo e o trabalho das aparências: o predomínio do olhar. In: ALBUQUERQUE, Durval.; VEIGA NETO, Alfredo. SOUSA FILHO, Alípio. (Org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 (Coleção Estudos Foucaultianos).

VIGARELLO, Georges. **História da beleza**. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VILLAÇA, Nizia. **A edição do corpo**: tecnociência, artes e moda. Barueri: Estação das Letras Editora, 2007.

Notas

* Anderson Barcelos Martins – Doutorando e Mestre em Educação (UFRGS). Atua na Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). <https://orcid.org/0009-0009-9982-2031>. E-mail: andersonbarcelosmartins@gmail.com

** Luana Bellini Klein - Luana Bellini Klein - Licencianda em História (UFRGS). É integrante do Grupo de Estudos em Educação, Interdisciplinaridade e Tecnologias (GE-EDINTEC/UFRGS-CNPq). <https://orcid.org/0009-0009-3079-1193>. E-mail: luana.bellini@ufrgs.br

*** Andresa Silva da Costa Mutz- Possui Doutorado em Educação (UFRGS). É Professora Adjunta no Departamento Interdisciplinar e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0002-6869-370X> andresa.mutz@ufrgs.br